



Número: **0807176-53.2019.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **15/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLIETE LOPES SOARES (EXEQUENTE)		JOELMA ARAUJO SARAIVA DE ANDRADE (ADVOGADO) ANA KAROLINA SIMOES DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53296622	17/01/2022 10:16	Petição	Petição
53296625	17/01/2022 10:16	2653720_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_04	Outros Documentos
53296626	17/01/2022 10:16	2653720_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_03	Outros Documentos
53296627	17/01/2022 10:16	2653720_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_Anexo_02	Outros Documentos
53296628	17/01/2022 10:16	2653720_IMPUGNACAO_A_EXECUCAO_01	Outros Documentos

em anexo



Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS UM MÊS
Valor Nominal	R\$ 6.750,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Dezembro/2015 a Novembro/2021
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	26/09/2019 a 30/12/2021
Honorários (%)	20 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	2162 dias	1,356511
Percentual correspondente	2162 dias	35,651065 %
Valor corrigido para 01/11/2021	(=)	R\$ 9.156,45
Juros(826 dias-27,00000%)	(+)	R\$ 2.472,24
Sub Total	(=)	R\$ 11.628,69
Honorários (20%)	(+)	R\$ 2.325,74
Valor total	(=)	R\$ 13.954,43





Poder Judiciário do Estado da Paraíba

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E TAXAS

LEI Nº 5.672/92, LEI Nº 6.682/98 E LEI Nº 6.688/98

Vencimento:

31/12/2021

Valor Final:

R\$ 1.375,53

Número da Guia:

200.2021.666286

Número do Boleto:

200.8.21.66286/01

Via da Parte / Processo

866200000135 755309283181 520211231201 082166286011

Número do Processo: 0807176-53.2019.815.2001

Comarca: Joao Pessoa

Classe Processual: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CIVEL - 156

Valor da Causa: R\$ 13.907,75

Promovente:

CARLIETE LOPES SOARES

Promovido:

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Data Emissão: 08/12/2021

Valor da UFR: R\$ 58,27

Parcela: 1/1

Valor Total: R\$ 1.375,53

Valor Desconto: R\$ 0,00

Valor Final: R\$ 1.375,53

Tipo da Guia:

Custas Finais

Detalhamento:

- Custas Processuais:
- Taxa Judiciária:
- Taxa bancária:

R\$ 1.165,40
R\$ 208,62
R\$ 1,51

Observações:

Não serão aceitos pagamentos por meio de depósito bancário na conta do Fundo Especial do Poder Judiciário (Ato Conjunto 02/2018). O pagamento pode ser realizado em qualquer instituição bancária credenciada a utilização do PIX.



Poder Judiciário do Estado da Paraíba

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E TAXAS

LEI Nº 5.672/92, LEI Nº 6.682/98 E LEI Nº 6.688/98

Via Banco / Processo

0807176-53.2019.815.2001

Comarca: Joao Pessoa

Classe Processual: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CIVEL - 156

Promovente: CARLIETE LOPES SOARES

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Detalhamento:

- Custas Processuais:
- Taxa Judiciária:
- Taxa bancária:

R\$ 1.165,40
R\$ 208,62
R\$ 1,51

Número da Guia: 200.2021.666286

Número do Boleto: 200.8.21.66286/01

Data da Emissão: 08/12/2021

Data Vencimento: 31/12/2021

UFR Vigente: R\$ 58,27

Parcela: 1/1

Valor Total: R\$ 1.375,53

Desconto Total: R\$ 0,00

Valor Final: R\$ 1.375,53

Observações:

Não serão aceitos pagamentos por meio de depósito bancário na conta do Fundo Especial do Poder Judiciário (Ato Conjunto 02/2018). O pagamento pode ser realizado em qualquer instituição bancária credenciada a utilização do PIX.

866200000135 755309283181 520211231201 082166286011



Pagar com PIX:



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/01/2022 10:16:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22011710163912200000050506069>

Número do documento: 22011710163912200000050506069

Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	15/12/2021	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
15/12/2021	08071765320198152001		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	1375,53
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
CARLIETE LOPES SOARES		FÍSICA	06582987470
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
0113090667F009BB			
CÓDIGO DE BARRAS			
86620000013 5 75530928318 1 52021123120 1 08216628601 1			





Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 21/12/2021	AGÊNCIA (PREF / DV) 1618	Nº DA CONTA JUDICIAL 3200122455874
DATA DA GUIA 20/12/2021	Nº DA GUIA 2653720	Nº DO PROCESSO 08071765320198152001	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
COMARCA JOAO PESSOA		ORGÃO/VARA 8 VARA CIVEL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 13907,75
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE CARLIETE LOPES SOARES			TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 06582987470
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA D33E986E7AE6D8D2				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08071765320198152001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLETE LOPES SOARES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa.

CHAMAR O FEITO À ORDEM

pelos termos que passa a expor.

Ao analisar os autos, cumpre esclarecer que, após prolação de sentença, houve oposição de **Embargos de Declaração pela Seguradora Ré**, conforme consta sob o ID de número **49308996**.

Não obstante apresentação tempestiva do aludido recurso, o mesmo deixou de ser apreciado, evidenciando flagrante cerceamento de defesa.

Ademais, verificamos em 06/11/2021 (ID 50892772) intimação de ofício nos termos do art. 526, §1º, CPC – posto que anterior à apresentação do cumprimento de sentença, que só veio a ser protocolada digitalmente em 12/11/2021 (ID 51269438). Assim sendo, dentre outros argumentos, deve ser tida como nula aquela decisão oficiosa para pagamento voluntário sob pena de multa, mormente pela observação do disposto no artigo que segue, da Lei Processual Civil:

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, **o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente**, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. (g.n.)

Outrossim, não basta a mera apresentação da petição de execução para que seja deflagrada a fase de cumprimento de sentença – a qual, repisa-se, ocorre EXCLUSIVAMENTE por iniciativa do credor –, deve ainda ser observados os requisitos presentes no art. 524, CPC, senão vejamos:

Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter:

I - o nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente e do executado, observado o disposto no art. 319, §§ 1º a 3º ;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadv.com.br



- II - o índice de correção monetária adotado;
- III - os juros aplicados e as respectivas taxas;
- IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados;
- V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso;
- VI - especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados;
- VII - indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível.

Portanto, inegável que a aludida decisão contida deve ser desconsiderada, posto que nula de plena direito, dada a flagrante afronta ao Diploma Processual Civil, não havendo possibilidade de se falar em inserção de multa ou honorários da fase de cumprimento de sentença.

Prosseguindo, ainda que demonstrado cerceamento de defesa ao olvidar-se o juízo dos Embargos de Declaração oportuna e pertinentemente apresentados, a seguradora opta pelo seu não prosseguimento, dado ulterior desdobramento do processo, a saber, petição de execução, na qual é utilizada a data correta do sinistro (termo inicial da correção monetária), retificando o erro material contido na sentença.

Sendo assim, pelas informações supracitadas, fato é que esta promovida faz jus à DESCONSIDERAÇÃO DA INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO SOB PENA DE MULTA, motivo pelo qual pugna pelo **CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM.**

Em continuidade, buscando proceder de modo a efetivar os princípios da celeridade e economia processual, a demandada opta pela liquidação do julgado, nos valores apresentados pela exequente em sua petição e respectiva planilha de débitos.

Aproveitando o ensejo, junta-se o comprovante de recolhimento das custas finais disponibilizadas nos autos, buscando a baixa definitiva do processo, diante do cumprimento de todas as obrigações.

Destarte, diante de todo o exposto e pela documentação anexa ao presente chamamento do feito, requer-se:

- 1)** Seja DESCONSIDERADA a decisão oficiosa que intima a parte para pagamento sob as penas previstas no art. 523, §1º, CPC;
- 2)** Seja reconhecido como adequado e suficiente o depósito da liquidação realizado, cuja base de cálculo fora a execução da parte exequente, de modo que seja extinta a execução nos termos do art. 924, II, CPC;
- 3)** A juntada do comprovante de recolhimento das custas finais, indicando a quitação de todos os débitos da demandada, a fim de que o processo seja arquivado em definitivo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 17 de Dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

